

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.748 - PT (2019/0188347-3)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE -  
JUIZO DE COMPETENCIA GENERICA DE FRONTEIRA  
**INTERES.** : MARCOS VINÍCIUS REZENDE CARVALHO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que MARCOS VINÍCIUS REZENDE CARVALHO, condenado pelo crime de desobediência, seja intimado de despacho que fixou, em quarenta dias, a pena de prisão subsidiária (fls. 5-6).

A intimação prévia ficou frustrada, conforme o documento postal de fls. 19-20.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, argumenta que a conversão de multa em prisão subsidiária, prevista no ordenamento jurídico português, diverge da Constituição brasileira. Alega que a diligência ofende a dignidade da pessoa humana. Ao fim, requer a realização de diligências para intimação do interessado, bem como a denegação do *exequatur* (fls. 30-34).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 37).

É o relatório. Decido.

Não merecem prosperar os argumentos apresentados às fls. 30-34.

A alegada incompatibilidade da pena aplicada pela Justiça portuguesa é questão que se refere ao mérito da demanda em curso no Juízo rogante, transcendendo os limites estabelecidos no art. 216-Q, § 2º, do RISTJ, o que impede seu exame pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se ainda que a intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

No mais, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania

# *Superior Tribunal de Justiça*

nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

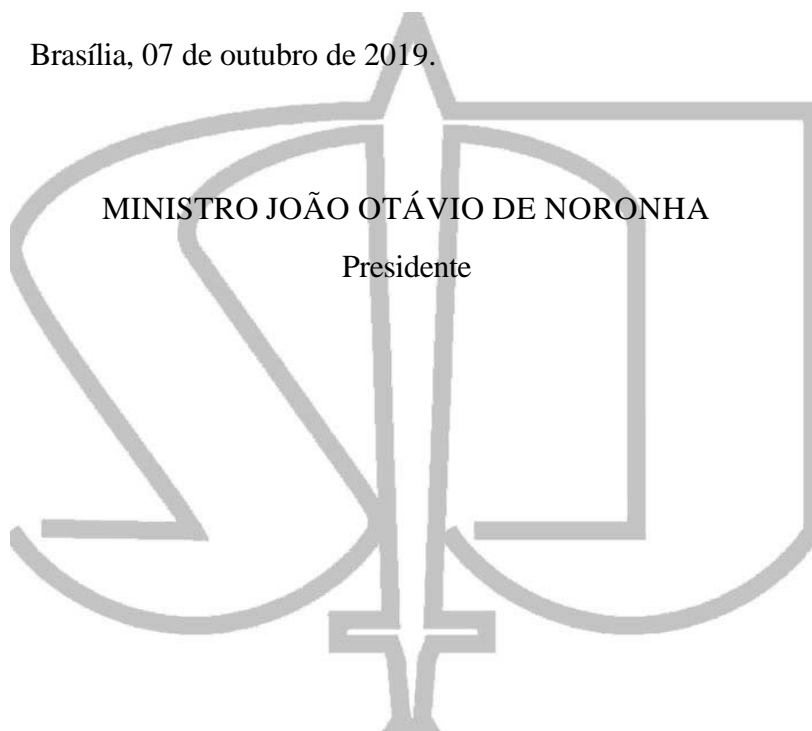
Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Minas Gerais, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 90 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.



MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente